

“Restauração”, “Decadência” e “Progresso”: uma análise de conceitos fundamentais na Cultura Histórica portuguesa (1808-1840)

Enviado em:
07/04/2013
Aprovado em:
26/07/2013

Thamara de Oliveira Rodrigues

Mestranda pela Universidade Federal de Ouro Preto
thamara_rodrigues@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo pretende-se apresentar e discutir a hipótese de que o progresso fora tratado com imensa desconfiança por parte da cultura histórica letrada em Portugal na primeira metade do século XIX, isso em razão da força de seu conceito oposto, o de decadência. Este conceito oferecia resistência ao otimismo no futuro plasmado pelo conceito de progresso. A prioridade desta análise se concentra entre 1808-1840, momento no qual se insere o processo de Independência do Brasil.

Palavras-Chave

cultura histórica portuguesa, progresso, decadência.

93

Abstract

This article aims to present and discuss the hypothesis that progress had been treated with great suspicion by the historical culture literate in Portugal in the first half of the nineteenth century, this due to the strength of its opposite concept, namely the decay. This concept offered resistance to optimism in the future shaped by the concept of progress. The priority this analysis focuses between 1808-1840, moment in which it inserts the process Independence of Brazil.

Keywords

Portuguese historical culture, progress, decadence

Neste artigo pretende-se apresentar e discutir a hipótese de que o progresso fora tratado com imensa desconfiança por parte da cultura histórica letrada em Portugal na primeira metade do século XIX, isso em razão da força de seu conceito oposto, o de decadência, que oferecia resistência ao otimismo no futuro plasmado pelo conceito de progresso. A prioridade desta análise se concentra entre 1808-1840, momento no qual se insere o processo de Independência do Brasil.

Essa discussão terá como objetivo oferecer uma contribuição ao debate sobre a relevância da História dos Conceitos para o pensamento político e historiográfico na América Ibérica. Observo que a prioridade de análise no Reino de Portugal para um dossiê interessado na relevância da história conceitual para América Latina se justifica pela impossibilidade de se pensar individualmente Portugal e o seu território brasileiro no período de sua separação.¹ Além do mais, acredita-se que a Independência do Brasil constitui-se como um dos fatores responsáveis pela produção da desconfiança no progresso neste período em Portugal e pela intensificação da experiência da decadência. Um dos caminhos teórico-metodológicos desta pesquisa diz respeito ao uso da história conceitual proposta por Reinhart Koselleck, a partir da qual se pretende investigar a assimetria/simetria entre três conceitos fundamentais à historicidade luso-brasileira no período mencionado: restauração, progresso e decadência.

Este artigo se dividirá em quatro seções. Na primeira se propõe uma síntese das compreensões que orientam este trabalho acerca da história dos conceitos proposta por Koselleck. Na segunda, a partir da *Memória histórica da Invasão dos Franceses em Portugal* escrita por José Accúrsio das Neves procura-se descrever a expectativa de resolução da crise portuguesa caracterizada por uma atmosfera de insegurança e melancolia a partir do conceito de “restauração” e suas consequentes contradições. Na terceira, busca-se apresentar a partir da obra do periodista Francisco Solano Constâncio a insuficiência dos conceitos de “restauração” e de “progresso” frente ao de “decadência” para justificar o contexto de crise do

1 Javier Fernández Sebastián, no *Diccionario político y social del mundo iberoamericano* definiu o processo de modernização a partir de uma “transnacionalização” de vocábulos “euroamericanos” e “ocidentais”, que foram adaptados às dimensões nacionais, regionais e locais, o que configurou este processo como um fenômeno cosmopolita e justificaria o fato de nos encontrarmos “ante una pluralidad de modernidades – y también ante una pluralidad de transiciones a la modernidad” (SEBÁSTIAN, 2009: 27). Assim, a constituição das particularidades sem deixar de observar as mudanças internacionais, permite, segundo Sebastián, a compreensão da modernização, a partir da delimitação de perspectivas historiográficas globais: “Cuando logremos recomponer al menos las piezas maestras del complicado puzzle de nuestra historia político-conceptual iberoamericana tal vez sea el momento de abordar otras historias más complejas que ya se insinúan en recientes encuentros entre los estudiosos de la disciplina, como una historia conceptual europea comparada de carácter ineludiblemente plurilingüe. Cabría pensar incluso en otras tareas aún mas ambiciosas, como la elaboración de una historia conceptual euroamericana que, dejando a un lado la metáfora epistemológica centro/periferia – cuyo rendimiento en términos cognitivos parece casi agotado -, podría comenzar por una semántica histórica comparada de las modernidades políticas”. (Idem, ibídem, 2009). Para uma discussão mais aprofundada sobre a modernização e sua relação com a história conceitual no mundo iberoamericano, consultar: SEBASTIÁN, 2009.

Império. Concluímos com uma análise das relações assimétricas/simétricas entre as palavras “restauração”, “decadência” e “progresso” a fim de demonstrarmos como a modernidade portuguesa se constituía a partir da tensão entre esses conceitos.

História dos conceitos: a linguagem como fenômeno da realidade

Desde os anos 50, a história dos conceitos corresponde a uma área de investigação histórica na qual a linguagem não é um epifenômeno da chamada realidade, isto significa que a história conceitual não entende a linguagem como um fenômeno que se junta à realidade sem influenciá-la. Pelo contrário, ela a compreende como um elemento sem o qual não se pode ter nenhuma experiência nem conhecimento do mundo. Assim, para Reinhart Koselleck, a história conceitual permite através da investigação da linguagem, além do conhecimento da realidade, uma experiência da realidade (KOSELLECK, 2012: 45).

Mas essa realidade é sempre tensionada pelo *res factae* e pelo *res fictae*, fato e invenção. Isso significa que o que de fato acontece sempre está superado, e o relato deste fato não atinge mais o acontecimento propriamente. Em razão do intervalo temporal entre o fato e o relato, o historiador tem a disposição basicamente os meios linguísticos da ficção para alcançar uma realidade cuja atualidade não mais existe. Trata-se aqui da compreensão de que os recursos fictícios dão acesso a uma realidade sempre rearticulada. Explicando melhor, não se pode mais ter acesso ao fato, o que significa que a história desapareceu em seu efeito, mas o *res fictae* indica que a história (enquanto acontecimento propriamente) era mais do que os efeitos produzidos em si mesmos.

Como exemplo empírico entre *res factae* e *res fictae* misturadas entre si de forma tensa, Koselleck se refere ao mundo dos sonhos. Apesar dos sonhos não serem produzidos conscientemente, eles testemunham uma inevitável facticidade do fictício. Ao analisar alguns sonhos durante o Terceiro Reich, Koselleck os considerou mais do que testemunhos ficcionais do terror e no terror, pois apesar de serem apreendidos a partir de narrativas, são histórias pré-linguísticas que ocorrem nas e com as pessoas afetadas. Koselleck recorreu aos sonhos como fontes para compreender experiências impossíveis de serem apreendidas pela linguagem de forma coerente, experiências essas ligadas a um emudecimento, geralmente produzido por crises traumáticas. Desta forma, os sonhos, enquanto ficção, foram um elemento da realidade histórica, e por isso, foram formas de realização *do* terror *no* terror (KOSELLECK, 2006: 247-266).

Já para experiências nas quais não se verifica esse emudecimento, a língua é o indicador e o fator da realidade, e ela é o âmbito próprio à história conceitual. Tem-se, então, uma compreensão da língua, como um elemento que aponta a existência da realidade, e também como um elemento que intervém nela e também a determina. Em outras palavras, Koselleck entendeu a língua como produto e produtora da realidade. Por esta razão, a história conceitual é um vínculo entre a história da linguagem e a história factual, tendo como uma de suas tarefas o estudo das convergências, deslocamentos e discrepâncias na relação entre o conceito e o estado das coisas que surgem no devir histórico. Para este tipo de análise privilegiam-se os “conceitos fundamentais”. Estes contêm um potencial histórico de transformação. Conceitos comuns se tornam fundamentais quando passam a ser insubstituíveis e intercambiáveis, eles plasmam um conjunto de experiências e significados sem os quais não é possível nenhuma comunidade política e linguística. O que significa dizer que eles passam a unir muitos significados individuais em um significado composto superior, passando a se referir a sistemas filosóficos, políticos, estruturas econômicas...

96

A partir de agora, nos dedicaremos a três conceitos fundamentais à historicidade luso-brasileira durante o processo de Independência: “restauração”, “decadência” e “progresso” a partir da obra de dois importantes autores portugueses que procuraram, cada um a seu modo, soluções para a crise do Império Luso-Brasileiro.

José Accúrsio das Neves e sua “Memória histórica”: insegurança, orfandade e melancolia

Em março de 1808, José Accúrsio das Neves (1766-1834) começou a escrever sua *Memória histórica da Invasão dos Franceses em Portugal* que viria a ser publicada no mesmo ano. O autor se posicionou como uma testemunha ocular em relação aos acontecimentos ligados a invasão napoleônica e a consequente transferência da corte portuguesa para o Brasil. Através de sua narrativa consideramos que esses eventos teriam sido responsáveis pela produção de uma *atmosfera melancólica* no reino português.² A iniciativa de escrever uma *memória histórica* partiu da dupla necessidade de “armazenar” as experiências advindas dos acontecimentos do final do ano de 1807 assim como de organizar e dispor interpretações que assegurassem

2 Melancolia aqui é utilizada como uma categoria analítica que se refere a um fracasso ou a uma tristeza advinda de uma experiência de decadência prolongada, mas não definitiva.

a superação dessa *atmosfera histórica* que chamamos de melancólica.³

A escolha pela *memória* estava relacionada à própria experiência de Accúrsio da invasão francesa, mas ela não se limitaria a ser um relato de experiência, uma vez que essa *memória* tratava de algo extremamente contemporâneo ao autor. Estando esses eventos ainda em curso, Accúrsio desejou mediar a influência que eles teriam sobre o presente e o futuro de Portugal a partir de uma interpretação *histórica* atrelada a concepções específicas do passado português.

Em sua *Memória*, Accúrsio procurou justificar a necessidade da ausência do rei e ao mesmo tempo produzir um estímulo otimista devido à invasão francesa, evento que ele considerava causador do estado de dependência política e econômica e miséria social. Esses elementos conviviam e acentuavam um sentimento de dúvida sobre o futuro de Portugal, marcado pela insegurança e pelo sentimento de orfandade. No entanto, apesar do ineditismo da transferência da corte, o autor associou a invasão francesa, constantemente à experiência da dominação espanhola sobre Portugal entre 1580 a 1640. Esta associação foi fundamental para que esta atmosfera melancólica, não fosse extenuante, pois encontrou no passado uma referência exemplar de superação. Não por acaso, tanto a emancipação portuguesa da Coroa Espanhola em 1640, tanto quanto o movimento de resistência à presença francesa foram chamados de “Restauração”, conceito que indica um movimento de retorno a um estado anterior.

O conceito de Restauração remete a uma experiência temporal em que o princípio filosófico e histórico é a existência de uma lei constante do desenvolvimento dos povos, que avança e regride em ciclos eternos. Um dos autores que discutiu os fundamentos e sentidos da história a partir dessa compreensão foi João Batista Vico (1668-1744). Em sua obra *Scienza Nuova* (1725, 1730, 1744) descreveu a

3 Entendemos por atmosfera histórica ou clima histórico o que Hans U. Gumbrecht chama de *Stimmung* – uma experiência que sugere a presença de um toque material – o mais leve toque material possível que produzem sentimentos internos de desconforto para os quais ainda não existem conceitos, porém, conduz de uma “disposição” específica em direção ao que é latente e de cuja presença se está seguro, ainda que não se conheça sua identidade. Podemos denominá-lo como um conjunto de sentimentos, ou utilizando o vocabulário heideggeriano, “tonalidades afetivas”, em que alguns tornam-se mais expressivos que outros operando junto aos sujeitos históricos em um tempo específico Cf.: GUMBRECHT: 2010a, 2010b.

Valdei Araujo defende que juntamente com a abertura de um campo de experiência marcada pela modernização do conceito de história associa-se a descoberta da existência desses climas históricos na segunda cascata de modernidade. A partir deles, os homens do início do XIX acreditavam poder se relacionar com o passado em termos de apresentação e representação destes climas, e assim, passaram a criar estratégias a fim de se relacionar com o passado Cf.: ARAUJO, 2011.

existência de uma história eterna ideal que acontecia no tempo através da história de todas as nações no seu nascimento, progresso, maturidade, declínio e queda. Como esta história ideal se concretizava na história dos povos; conhecendo a história humana, desde seu início, seria possível conhecê-la. Com esta perspectiva, Vico organizou uma concepção imanente e cíclica da história, feita a partir de fluxos e refluxos composta por três fases.

A primeira é o tempo dos deuses, em que os homens acreditam que são orientados por um poder divino que se manifesta através dos oráculos. A segunda é a fase dos heróis, homens poderosos que sedimentam governos aristocráticos em todas as sociedades e, consideram-se necessários devido à incapacidade dos plebeus. A terceira época é a dos homens que se reconhecem como iguais, a chamada época racional. O importante é que essas três fases são progressivas; a história passa da anarquia para a ordem, do caos para costumes civilizados. No entanto, esta progressividade não possui um *telos* linear. Ao contrário, o fim da história é a decadência total seguida de um novo retorno à selvageria inicial para reiniciar um novo ciclo que repete o anterior. Tem-se então, a compreensão de um retorno histórico que passa por um complexo processo de decadência, isto porque a Providência, que para Vico, respeita a liberdade do homem para construir-se ou destruir-se usa o processo histórico como advertência pedagógica aos povos, sinalizando o mal-estar causado pela decadência, momento de completo desperdício das virtudes morais e físicas, no qual vigora a corrupção (PEGARARO, 2011: 137-156).

98

Em Portugal, as narrativas procuravam, em sua maioria, orientar através de uma interpretação da história muito semelhante à descrita por Vico. Neste sentido, a tarefa da história, como notou Valdei Lopes de Araujo, era reconhecer e restaurar um princípio emperrado ou contaminado e adaptá-lo às necessidades do século – “esse esforço aproxima o passado do presente de tal forma que ele se torna imediatamente disponível, é mais uma ação contra o tempo do que no tempo, ignorando-se os seus efeitos” (ARAUJO, 2008: 30). O que torna possível a crença na possibilidade de restauração é a ideia de germe que associado a ideia de fermentação é um elemento epistemológico necessário para a incorporação dos intervalos entre decadência e ascensão. A partir da ideia de germe, podia-se acreditar que, por detrás do caos, existiam latentes e em fermentação as virtudes eternas que garantiriam o retorno à civilização. Uma observação importante é que esse movimento de retorno, não se limita simplesmente a repetição de um modelo, mas a realização de um princípio, que quando perdido precisa ser retomado.

(ARAUJO, 2008). Nesta compreensão da história, a ideia de progresso remetia a melhoramentos pontuais e, eles não eram capazes de atenuar a experiência de envelhecimento do mundo, e conseqüentemente do seu fim. Neste sentido, o progresso de espírito e a decadência do mundo eram conceitos correlativos que impediam interpretar o futuro terreno em si mesmo de forma progressiva.

Leremos a associação que Accúrsio fez entre a invasão napoleônica e a dominação filipina. Nela temos a compreensão de que ambas constituem eventos circunstanciais do tempo, são relacionadas a um tempo previsível, estruturado a partir de modelos que não tem como objetivo a simples repetição dos fatos, mas a realização de um princípio. Em Accúrsio esse princípio é o desenvolvimento do patriotismo, que se apresenta como uma justificativa para as experiências de perda de autonomia portuguesa.

Conheça pois, a Europa e o Mundo, que os Portugueses não fazem por ora mais, do que, **ceder por um pouco as fatais circunstâncias do tempo, que no fundo da sua alma vive, e cresce o Patriotismo**, que senão acabou nem extinguiu nos sessenta anos do cativo de Espanha; e cuja explosão deve ser ainda mais forte a proporção das maiores injustiças, e atrocidades, **que tem sofrido debaixo da segunda tirania** (NEVES, 1808: 63 – grifos meus).

99

Na conclusão de sua *Memória*, Accúrsio assegurou que Portugal iria superar a experiência “tirânica” napoleônica, e que esta superação adviria de um conjunto de valores e de altivez, ou seja, a partir de um aperfeiçoamento de um sistema moral, que ele denominou de “sistema de valor e de brio”. Outro fator que garantiria essa superação seria a mudança da *fortuna*, entendida como destino de seus inimigos que tem como sustentação do governo a rapina, metáfora que aqui significa o roubo praticado pela violência, a extorsão. Ou seja, a independência portuguesa seria proporcionada pela recuperação de seus princípios que deveriam ser resgatados no passado e, pela própria circunstância do tempo, que asseguraria a derrota inevitável de seus inimigos devido aos seus vícios.

No entanto, essa tentativa de interpretar a história como pré-estruturada, produziu contradições, pois apesar da continuidade da função de exemplaridade clássica da História este aprendizado não poderia mais se basear na imitação de narrativas escritas para a lisonja das virtudes militares dos monarcas, como os panegíricos. O desafio frente à inédita conjuntura contemporânea exigia que o historiador ultrapassasse o panegirista incorporando à narrativa histórica as

virtudes civis do povo.⁴

Como exemplo de uma virtude civil, Accúrsio se referiu ao patriotismo como um princípio que se desenvolvia durante as invasões espanhola e francesa e as justificava. O patriotismo trata-se de um conceito propriamente moderno, criado no século XVIII, precursor de diversos ismos, que fora fundamental na consolidação de conceitos como republicanismo, liberalismo, imperialismo, socialismo, etc... (KOSELLECK, 2012:143-160). Não nos dedicaremos a uma investigação deste conceito. O que nos interessa aqui é evidenciar essa contradição: tentava-se defender a existência de uma história cíclica, na qual a exemplaridade era valorizada, mas não sem se recorrer a demandas já modernas, uma vez que se compreendeu a insuficiência de modelos narrativos clássicos para explicar e organizar os eventos contemporâneos.

Para Accúrsio, a associação da Invasão Napoleônica com a dominação espanhola assegurava um horizonte de recuperação da soberania portuguesa, mas esta associação fora descrita a partir de uma narrativa que rompia com os modelos antigos. Essa “contradição” aponta para um receio do abandono do passado português enquanto fonte de inspiração para superar os desafios do presente. Mas esse receio de abandono do passado não teve força suficiente diante do próprio passado português que por mais glorioso que tivesse sido, foi ancorado em um modelo civilizacional da virtude militar e da conquista, civilidade incompatível para o mundo contemporâneo. Ainda segundo Accúrsio, Portugal precisava se afastar da herança militar de outrora, que sobrevivia no mundo europeu através de Napoleão e tomar como exemplo do passado apenas o brio que anteriormente motivara à conquista, mas que no presente deveria incentivar o amor à pátria para que o Reino cessasse de sofrer o julgo da tirania francesa.

Accúrsio denominou em sua *Memória* a futura “Restauração de Portugal” em relação à invasão francesa como um *prognóstico*. O autor considerou que a invasão francesa devido a sua tirania dificultaria a união desejada pelos “tristes portugueses da Europa” aos “portugueses da América”, aqui se anunciou seu medo da Independência do Brasil, pois identificara na tomada da Real Casa da Espanha pelos franceses o início da emancipação das colônias espanholas. Foi esta

4 André Ramos, em sua pesquisa de mestrado, ao estudar o projeto de uma história erudita e filosófica de Portugal proposto pelo membro da Academia Real de Ciências de Lisboa Antonio Caetano do Amaral, demonstrou as expectativas dos letrados portugueses com relação a uma macronarrativa capaz de explicar o processo de formação histórica da nação. Este projeto baseava-se na expectativa de uma ruptura tanto com relação à virtude militar, quanto à sua exposição narrativa em panegíricos. Consultar: RAMOS, 2013, em especial, capítulo 2.

associação entre a invasão francesa e a Independência da América espanhola que levou Accúrsio a percepção de que a Restauração dependeria de uma forma maior que o brio português, dependeria de “nova revolução, uma insurreição geral de todas as Potências da Europa para reivindicarem contra o comum Inimigo os antigos direitos da sua liberdade e independência” (Idem, *ibidem*: 82) e barrar os mais “hábeis no sistema da tirania”. Foi ao tratar deste contexto que Accúrsio escreveu uma nota nomeando sua expectativa na Restauração como um prognóstico:

A segunda Restauração de Portugal será sempre mais gloriosa, e levará mais vantagem sobre a Restauração de 1640 como mais largamente teremos ocasião de mostrar nas seguintes Memórias que meditamos. Não falta para inteiro complemento do **Prognóstico**, senão a ruína do Trono que o Corso levantou sobre montões de cadáveres e de rapinas; ele já tem perdido muita da falsa opinião que soube adquirir, e cedo se verá submergido no abismo da sua mesma ambição (NEVES, 1808: 82 – grifos meus).

Segundo Reinhart Koselleck, ao longo dos primeiros séculos da modernidade o Estado fora capaz de orientar os homens através dos prognósticos, que é uma investigação essencialmente ligada a um momento consciente da situação política, que teria a função de disponibilizar sentidos próprios à organização do mundo. A partir da investigação do presente, se passava à análise do passado, buscando identificar nele a vigência desses sentidos que mantiveram, mais ou menos, seu potencial de organização do mundo, a despeito de acontecimentos inéditos e imprevisíveis. Caso tivesse sucesso, restava, então, a possibilidade, desses sentidos que permaneceram significativos continuarem vigendo no futuro, pois, “o prognóstico produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta” (KOSELLECK, 2006: 32).

O futuro no prognóstico era concebido de maneira limitada, um campo de possibilidades finitas, organizadas de acordo com um maior ou menor grau de probabilidade. Assim, em tempos de crise política, os homens iam se orientando e se reorganizando a partir de uma integração do Estado. Os prognósticos perderam força no interior do “tempo histórico” moderno em que houve um momento de radicalização de uma experiência de “desorganização” do mundo, o *Sattelzeit*. A experiência do *Sattelzeit* estendeu-se, em linhas gerais, entre 1750 e 1850, e pode ser caracterizada por uma aceleração profunda do tempo, ou seja, pela multiplicação de acontecimentos e conjunturas inéditas para as quais os homens em geral não reuniam sentidos suficientes. Se, ao longo dos primeiros séculos da modernidade, até mais ou menos 1750, o Estado fora capaz de ocupar o espaço de relevância até

então próprio à Igreja, produzindo sentidos e orientações significativos através do método prognóstico, no *Sattelzeit*, o próprio Estado e os prognósticos perdem parte de sua força organizacional abrindo espaço para consolidação de uma consciência de tempo e de futuro que se nutria pela combinação de prognósticos racionais e previsões de caráter salvacionistas que levariam a constituição das filosofias da história (KOSELLECK, 2006).

Os prognósticos apontam justamente para um momento de contradição e desconfiança no qual não se quer abandonar os sentidos que orientam os homens, mas ao mesmo tempo não se tem certeza de que esses sentidos podem continuar vigendo no futuro, pois o mundo parecia cada vez menos provisório.

Na *Memória histórica* de Accúrsio percebemos uma economia sentimental que promovia uma imaginação patriótica incentivando o brio e a coragem portuguesa, mas simultaneamente tal economia revelou uma compreensão melancólica dessa experiência. Por mais que Accúrsio defendesse a emigração do Príncipe como uma estratégia para a manutenção da Casa de Bragança e do Império, essa emigração não garantiria a sobrevivência do Reino Português, dos que ficaram em Portugal, por isso seu texto plasma o sentimento de orfandade em relação à ausência da corte e a insegurança do futuro, mesmo tentando propor um horizonte positivo. A *Memória* mesmo defendendo a escolha da corte pela emigração, não teve o objetivo de exaltar este fato, mas de valorizar a coragem dos portugueses, pois a esperança de recuperação da pátria caberia ao povo.

Descrevendo melhor a partir do texto de Accúrsio das Neves, a atmosfera que temos denominado de melancólica, remete a um sentimento de fracasso que provocara uma tristeza *profunda*, mas *provisória* em razão da presença francesa em Portugal. Profunda porque é “impossível que o coração mais duro (...) não faça correr lágrimas pelos olhos” ao observar o estado de Portugal, tratado como um “cadáver descarnado pelos (...) carniceiros Abutres”. Além da “dolorosa saudade” e da “verdadeira orfandade” pela ausência da Rainha e do Príncipe Regente. Mas provisória, porque não deixou de haver expectativa no que viria a ser a mudança da fortuna de seus inimigos, além da recuperação e desenvolvimento dos princípios do povo português para a retomada da soberania política. Essa melancolia revela que a noção de decadência apesar de profunda, neste momento ainda não fora derradeira, podendo ser compreendida como parte do caminho civilizacional português, ou seja, depois da decadência, poderia ainda ser revivido um processo de ascensão novamente:

Por meio de um tal sistema de valor e de brio escaparemos certamente a novos insultos do Tirano da Europa, que tudo concorre a fazer esperar, que não se sustentará por muitos anos sobre um Trono de sangue e de rapina. **Os nossos Inimigos serão mais tratáveis quando lhes tiver mudado a fortuna:** e então concluída uma paz permanente debaixo do Governo Paternal dos nossos amáveis Soberanos, as vastas e deliciosas campinas do Brasil se verão cobertas dos artefatos, e dos frutos das Artes criadoras, dos ditosos habitantes encherão a face da terra, e as nossas Quilhas cruzando todos os Mares, levarão a todos os portos do mundo o supérfluo de nossas riquezas: os Costumes dos Portugueses nutridos pela Religião de seu País, e edificados pelo exemplo dos Grandes e do Monarca darão ao novo Império a solidez e a consistência, que o fará durar nos séculos futuros, para felicidade dos Nacionais, inveja e assombro dos Estrangeiros (NEVES, 1808:86-87 – grifos meus).

Francisco Solano Constâncio e o “progresso do mal” no Reino Português

Outro autor que se inseriu e evidenciou esta atmosfera melancólica fora Francisco Solano Constâncio (1777-1846). Entre os predicados profissionais e intelectuais ao qual seu nome está relacionado, associam-se: médico, escritor, cientista, filólogo, pedagogo, tradutor e diplomata; mas foi como jornalista e divulgador dos estudos de economia política que se destaca nesta pesquisa, por ter tido como principal preocupação o que considerava a “decadência” portuguesa em sua atuação periódica.⁵ Constâncio condenava o panorama da miséria política, econômica e moral do Estado português e diferentemente de Accúrsio não identificava suas causas na invasão napoleônica. Ao contrário, a esperança de transformação do quadro de corrupção do governo português ele depositou na presença francesa, tendo conhecido Junot, o marechal Lannes e convivido abertamente com outros franceses. Esta escolha – que no futuro ele apresentou indícios de arrependimento – o levou a necessidade de abandonar Portugal em 1807, indo residir em Paris, nunca mais tendo retornado a Portugal.

Em 1808, no periódico inglês, *The monthly repertory of English literature*, Constâncio publicara o opúsculo *On the state of Portugal during the last 30 years*. Esse periódico começou a ser editado em Paris em meados de 1807 por Parsons e Galignani. Eric Partridge (1894-1979) que editou o jornal *The French Romantics*

5 Entre as atividades editoriais de Constâncio, destacamos: *O observador lusitano em Paris, ou coleção literária, crítica e comercial*. Paris: P.N. Rougeron, 1815; *Anais das ciências, das artes e das letras por uma sociedade de portugueses residentes em Paris*. Paris: A. Bobée. Tomos I a XVI, 1818-1822; *Novos anais das ciências e das artes, dedicados aos que falam a língua portuguesa em ambos os hemisférios*. Paris: C. Farey, 1827; *Armazém de conhecimentos úteis, nas artes e ofícios; ou coleção de tratados, receitas e invenções de utilidade geral destinado a promover a agricultura e indústria de Portugal e do Brasil*. Paris: J.-P. Aillaud. Tomos I e II, 1839.

Knowledge of English Literature (1820 - 1848), periódico que buscava identificar a influência inglesa no romantismo francês, entendeu que a publicação do *The monthly repertory...* estava relacionada a necessidade de se atender a uma demanda crescente no interesse em que a Inglaterra assumia na França a partir de 1807 (PARTRIDGE, 1924:20). É importante notar que esse periódico fora editado em inglês, podendo ter como prioridade de público a comunidade inglesa residente em Paris. Observa-se, então, que Constâncio escreveu na França, para um público britânico uma leitura sobre o estado de Portugal desde 1778 a partir do que ele vivenciava em 1808.

Esse recorte de trinta anos se relacionava a uma aceleração do tempo específica em Portugal, que praticamente coincide com o início do Reinado de d. Maria I e com o próprio nascimento do autor em 1777. Foi através da conjuntura do estado de Portugal entre 1778 a 1808 que Constâncio explicou e tematizou a decadência, expondo uma interpretação do declínio português. Nele foram expostas poucas esperanças para superação dessa ruína, que além de caracterizada pela dependência econômica, financeira e militar, era também associada a um Portugal marcado pelo espírito de violência e indiferença à justiça. Essa ruína, como denominou o autor, fora provocada pelos membros corruptos da nobreza, responsáveis pela frustração que Constâncio nutria pela Pátria e pela necessidade de defesa do povo português constantemente ridicularizado pelos viajantes ingleses.

Mas apesar de sua narrativa melancólica que expunha a dificuldade de um reinício do tempo e do equilíbrio das virtudes, ou seja, apesar da dificuldade que parecia ter se tornado a atualização da experiência histórica, ainda havia esperanças para a superação da crise portuguesa, mesmo que frágeis e anunciadas de forma sutil. Sobre a transferência da corte o autor escreveu:

[d João VI] levou consigo todos os preconceitos e a corrupção da mãe pátria, e dificilmente um homem de mérito real o seguiu. A grande parte das pessoas que o acompanhou pertence ao interesse Inglês, (...) e **no país mais rico e mais fértil do mundo [Brasil], os Portugueses podem ainda continuar a ser uma pobre e infeliz nação!** (CONSTÂNCIO, 1808, p. 22).⁶

6 Citação livre do artigo *On the state of Portugal during the last 30 years*: “Carried with him all the prejudices and corruption of the mother country, and hardly a man of real merit followed him. Most of those who accompanied him are in the English interest, (...) and in the richest and most fertile country of the world, the Portuguese may still continue to be a poor and unhappy nation!”.

Nota-se que apesar do tom melancólico do texto que aponta para uma possível impossibilidade de restauração portuguesa ou de sua regeneração através do Brasil, o autor não considera a decadência definitiva, pois “os portugueses podem continuar a ser uma pobre e infeliz nação”, não necessariamente será.

Ao analisarmos alguns textos de economia política de Constâncio escritos entre 1810-1822, percebemos que entre as esperanças para a superação da crise Portuguesa, estava o comércio. Essa esperança que o comércio anunciava, foi amplamente explorada por Constâncio nos seus estudos de economia política, que revelam otimismo e projetos de regeneração para a nação portuguesa. Apenas o estudo detido da economia política poderia garantir uma conciliação dos “interesses [de Portugal] com os do Brasil, interesses que me parecem muito compatíveis entre si, e que, a meu ver, não exigem para serem promovidos, que um dos dois países seja sacrificado ao outro...” (Idem, 1819: 101).

O tipo de argumentação utilizado por Constâncio inscreveu um clima histórico *específico*, que não está relacionado à linguagem da restauração e da regeneração.⁷ A proposta de Constâncio mobiliza uma linguagem revolucionária que pressupõe uma ruptura radical com o passado:

chegada a época da ruína da nação, e por conseguinte, a das suas antigas instituições, é impossível regenerá-la sem assentar sobre novas bases o edifício social. As antigas instituições já não são adequadas, (...) e como nunca se viu, nem se verá um governo corrupto reforma-se a si mesmo, nenhuma nação oprimida e arruinada pode ressurgir senão por efeito de uma **mudança forçada** nos elementos e máximas de seu governo. (Idem, 1821: 206).

Com o intuito de promover a mudança completa das instituições políticas, a experiência periódica a qual Constâncio se dedicou se apoiava em projetos civilizacionais preocupados com a construção de uma relação comercial “saudável” – não por acaso o autor se preocupou demasiadamente com a discussão da famosa lei dos mercados anunciada por Jean-Baptiste Le Say, ponderando criticamente as

7 Em resumo, na linguagem da restauração o interesse histórico correspondia mais a uma atualização do que a uma reconstrução do passado; buscava-se reconhecer e restaurar um princípio defeituoso e readaptá-lo as novas necessidades do período. Nesta linguagem, havia a expectativa de um retorno de Portugal à posição privilegiada do passado. Em oposição à Restauração, a linguagem da Regeneração, que emergiu com o sentimento de esgotamento da história europeia, começou a ter expressividade, e o Brasil passou a ser visto, em especial pelos letrados brasileiros, mas não só por eles, como a possibilidade de um novo começo para Portugal. Cf.: ARAUJO, 2008, em especial os capítulos 1 e 2.

supostas leis universais da economia política clássica. Ele se preocupava também com a construção de uma esfera pública absolutamente crítica, pois o comércio alienado de uma educação tanto básica quanto científica (acadêmica) poderia se constituir como um vício, e não como uma virtude.

Em 1821, o autor escreveu o texto *Ideias sobre a educação da mocidade portuguesa nas ciências físicas e nas artes* preocupado com o lento desenvolvimento da arte de ensinar, pois as sociedades estavam cada vez menos interessadas em “mestres de profundo saber e talento” para ensinar o maior número de discípulos. O autor dedicou esta observação a todas as nações, mas em Portugal, essa situação era mais expressiva, pois o ensino era “insuficiente, incompleto e árduo”, em que poucos tinham a possibilidade de estudarem – e os que tinham eram “sucumbidos” por elementos enciclopédicos que o levavam à “fadiga”. Mas o autor não dedicou críticas apenas a Portugal, pois na Inglaterra “a instrução científica está só ao alcance das pessoas abastadas, porque nenhum curso é gratuito, e o ensino particular (...) não é menos dispendioso” (Idem, 1821:61). Desta forma, o autor considerava a experiência periódica como a possibilidade de instrução e formação em várias áreas do conhecimento relacionada à construção de uma esfera pública emancipada de uma “disciplina monacal”.

106

No entanto, temos também observado a ambivalência em relação à expectativa no próprio comércio. Tendo sempre em vista, tal como tinha o autor, a relação Portugal-Brasil, percebemos que após a perda do Brasil, a atmosfera melancólica em Portugal foi acentuada, marcada por uma desesperança de recuperação do Reino de Portugal.

Em outras palavras, a Independência, da maneira como ocorrera, provocou um refluxo das expectativas de Constâncio uma vez que após 1822, Constâncio não tivera a conclusão de suas expectativas, a saber: a realização de uma relação comercial recíproca entre Portugal e Brasil, a transformação radical das instituições políticas e nem a plena formação da esfera pública portuguesa. Essas frustrações fomentaram uma profunda desconfiança na ideia de um progresso positivo, já que para o autor, tornava-se cada vez mais difícil “sustar o rápido progresso do mal”, uma vez que Portugal não aprendera em tempo hábil a se desiludir “das precárias riquezas derivadas das nossas possessões americanas, tão difíceis de reger como de conservar” (Idem, 1822: 217).

O progresso entre o “mal presente e o receio do mal futuro”

Nesta seção nos dedicaremos à discussão de quatro procedimentos fundamentais à constituição da noção moderna de progresso segundo Koselleck a fim de mostrarmos que a experiência de dúvida em relação ao progresso em Portugal é uma aporia da própria ideia de progresso e, conseqüentemente, da modernidade.

O primeiro procedimento é que a palavra progresso passou a se desnaturalizar da metáfora da velhice e da morte. O crescente envelhecimento do mundo perdeu o sentido e força biológico-natural da “degeneração”, isso permitiu que “progresso” se dissociasse da “decadência”, abrindo caminho para um progresso interminável. Explicando melhor, toda metáfora natural de crescimento, necessariamente, implica na metáfora do envelhecimento. O máximo que esta estrutura metafórica permitia era a ideia de que depois da morte, haveria um novo nascimento, o reinício de um ciclo biológico da juventude à velhice, ou seja, não havendo mais espaço para a restauração, o máximo permitido era a regeneração, um outro nascimento, mas este processo também estaria fadado ao envelhecimento. A ideia de progresso emancipou-se disso através da interpretação de que o homem estaria ligado a infinitude através do desenvolvimento da inteligência humana, e do conhecimento produzido por ela. Como a razão se aperfeiçoava continuamente, o homem não poderia degenerar. Desta forma, a partir do século XVIII, os conceitos de decadência ou retrocesso já não eram mais *simétricos* ao conceito de progresso, pois eles passam a ser utilizados para expressar experiências passageiras, que seriam corrigidas e serviriam como estímulos para o continuado desenvolvimento do progresso.

O segundo procedimento foi o que Koselleck chamou de “temporalização”. Até o século XVIII o conhecimento da natureza era orientado para garantir uma sociedade perfeita, ou seja, havia a necessidade de se descobrir as leis ocultas na natureza a fim de dominá-la plenamente. Mas a partir do século XVIII passou a ocorrer uma temporalização desta compreensão - a noção e o termo *perfection*, passaram a ser substituídos por *perfectionnement*: ou seja, a finalidade única (alcançar a perfeição) passou a ser interativa, processual e, fundamentalmente, indefinida. Essa temporalização abarcou as experiências e as expectativas humanas. Além do sistema da natureza, passou a ser necessário investigar e dominar a história da natureza, as leis de ordem política e quanto mais conhecimento se produzia acerca desses âmbitos, maior e mais distante eram as expectativas. A noção de

perfeição cristã, que deveria ser alcançada em outro mundo, passou a ser um desejo de realização terreno, vinculado a consciência humana; esse processo deu um sentido à história: sempre melhorar. Desta forma, o conceito de progresso torna-se reflexivo processual – o progresso, ele mesmo, progride; tornando-se sempre um retrocesso, para em seguida, ser progresso novamente, e assim, infinitamente. Por esta razão, o conceito “progresso” plasmou a experiência do distanciamento mútuo entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, ou seja, ele captou o tempo histórico e o produziu.

O terceiro procedimento foi à transformação do progresso em um singular coletivo. A constituição do conceito de progresso como singular coletivo pode ser descrito a partir de um esquema formal; especificamente a partir de três fases. 1ª) (universalização do sujeito do progresso): o sujeito do progresso se universalizou. Não fazia referência a âmbitos delimitados como, por exemplo, a ciência, a técnica, a arte, etc, que haviam sido até então os elementos concretos dos progressos. Ao contrário, o sujeito do progresso se ampliou até converter-se em um agente universal ou em um agente com uma inevitável pretensão de universalidade: se tratava do progresso da humanidade. Até então, a humanidade não se mencionava como um sujeito ativo, mas referencial, por exemplo, no sentido deste “povo hipotético”, construído como um sujeito ideal, ao que Condorcet atribuiu a todos os progressos particulares. O povo eleito de origem judeu-cristã se converteu na hipóstase (princípio) do progresso. Pouco depois já podia falar-se em “progresso do tempo” e, depois, em “progresso da história”. 2ª) (das histórias dos progressos particulares ao progresso da história): na universalização do nosso conceito, sujeito e objeto intercambiam seus papéis. Isto significa que na expressão “progresso do tempo” ou “progresso da história”, o progresso assume papel principal, se converte em um agente histórico. Isto significa que a temporalidade passa a ser a função responsável da ação. 3ª) (o progresso em si): nesta fase a expressão “o progresso” se converte no “progresso de si”, ou seja, em um sujeito de si mesmo. Não mais se tratava do progresso da ciência, da arte; nem mesmo do progresso do tempo, ou da história. Tratava-se do progresso do progresso.

O quarto procedimento é contraditório e complementar aos procedimentos mencionados acima. Se antes da Idade Moderna, progresso e decadência eram conceitos simétricos, sucessivos, o que aconteceu com o conceito de decadência na modernidade? Koselleck explicou que na modernidade todo retrocesso se contabilizava em conta do progresso, ou seja, progresso e decadência mantiveram uma relação caracterizada pela tensão que permitiu aos ilustrados interpretar toda

decadência ou desvio como um passo ao qual seguiria o progresso ainda mais rápido que antes. No entanto, este não foi o único esquema de pensamento em relação à decadência e progresso na modernidade.

Para Koselleck o progresso em si mesmo não era o único conceito capaz de oferecer um conhecimento sobre a história. Ao comentar sobre a Enciclopédia de Diderot, e sobre o Cândido de Voltaire, os interpretou como resistências ao otimismo do progresso. Nenhum dos dois era dogmático de um progresso linear, nem mesmo descontínuo. Esse receio, segundo Koselleck, foi expresso a partir de uma contribuição de Rousseau que plasmou progresso e decadência em uma nova fórmula. A capacidade de melhorar era para Rousseau o critério que diferenciava o indivíduo e o gênero humano dos animais. Essa perfectibilidade não estava determinada histórica ou empiricamente, mas antropologicamente, ou seja, é uma categoria meta-histórica. Assim, o homem estava condenado a progredir, a dirigir seus esforços em pró do domínio das forças da natureza, a instalar pilares de civilização em sua vida diária, a organizar-se politicamente para poder viver mediante um crescente uso da razão. Contudo, esta soma de progressos só é um dos lados, pois este progresso necessário traz uma consequência necessária: produz a perda da inocência, a decadência inevitável da moral. Devido a sua capacidade de perfeição, o homem sempre está condenado a produzir constantemente decadência, corrupção e crimes. Quanto mais o homem está para aperfeiçoar-se mediante a civilização, maiores são as possibilidades da perda de sua integridade.

A interpretação de Rousseau é importante para Koselleck, pois ele fora o primeiro a compreender a aporia do progresso. Por ser um processo interminável, incrementa as possibilidades de degeneração, só que esta já não se interpreta como uma metáfora natural, mas no sentido de catástrofe que os homens são capazes de desatar sobre si mesmos mediante as forças técnicas de que dispõem. A partir da aporia do progresso identificada por Rousseau chega-se a conclusão de que o progresso na modernidade – apesar de pretender ser universal – só descreve uma experiência parcial, em si mesma coerente, mas que tem ocultado e obscurecido outras formas de experiência, como a verificada em Portugal. Enquanto “o progresso” adquiriu um sentido, se descobriu a discrepância que existia entre o progresso técnico e civilizador e o comportamento moral das pessoas. Isto significa que o progresso não pode se colocar a altura do que provoca, a planificação do

progresso não mantém a mesma direção que o progresso mesmo.⁸

Apartir desse estudo de Koselleck, parece-nos que o progresso não organizou plenamente as expectativas modernas em Portugal no interior do clima histórico ao qual Constâncio se inseriu, pois o seu oposto, o conceito de decadência mediante à experiência vigente provocou dúvidas sobre a possibilidade de efetivação de um progresso positivo, pois como diagnosticou Constâncio “o povo passa a vida entre o mal presente e o receio do mal futuro” (CONSTÂNCIO, 1815: 48)

Após a Independência que colocou Portugal em uma situação econômica e política ainda mais dependente segundo interpretações como as de Constâncio, o conceito de decadência sistematizou a discrepância entre as orientações produzidas pelo comércio, pelo conjunto de sentimentos morais, pelos imperativos de igualdade e justiça.

Em outras palavras, se o progresso sobreviveu em meio ao ceticismo e fora capaz de se tornar na modernidade um conceito fundamental para organizar e projetar as expectativas, observamos que o seu conceito assimétrico, o de decadência também sobreviveu face ao otimismo, e diferentemente de seu uso no mundo antigo, não era mais associado a metáforas naturais que permitiam a interpretação de que após a morte, poderia haver um renascimento. No mundo luso-brasileiro, apesar da força de conceitos como Restauração e Regeneração, é possível identificar linguagens mais radicais como a de Constâncio em que esses conceitos foram insuficientes para assegurar uma expectativa na recuperação de Portugal.

Em outras palavras, o *sattelzeit* foi constituído por uma aporia entre os conceitos de progresso e decadência. Se a aceleração do tempo rompera os sentidos que até então orientavam os homens, e eles se viram diante da necessidade de criação de novos sentidos a partir das filosofias da história que organizavam as expectativas em torno da crença no progresso; esses novos sentidos não deixaram de ser constantemente questionados sobre a possibilidade de sua concretização. Isso permitiu que a possibilidade da decadência continuasse no horizonte do *sattelzeit*, ou seja, na modernidade, o conceito de decadência a partir da experiência oferecia resistência ao conceito de progresso. Portugal parece ter vivido intensamente essa experiência de tensão entre otimismo e pessimismo plasmado pelos conceitos de progresso e decadência.

8 Um dos estudos mais detidos sobre os conceitos de progresso e decadência realizados por Koselleck encontra-se no livro *Historia de Conceptos*, 2012, p. 95-112.

Referências Bibliográficas

Fontes

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. On the state of Portugal during the last 30 years. *In.: The monthly repertory of English literature*. Paris: Parsons e Galignani, 1808. Extraído de: CARDOSO, José Luís. *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, p. 1 – 22.

_____. *História do Brasil* - desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a Abdicação do Imperador D. Pedro I. Tomos I e II. Paris: livraria portuguesa de J. P. Aillaud, 1839.

_____. Ideias sobre a educação da mocidade portuguesa nas ciências físicas e nas artes. *In.: Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Tomo XIII, Julho, 1821, parte 1, p. 3-25. Extraído de: CARDOSO, José Luís (org.). *Portugal como problema*. Vol. VI – A economia como solução – Da revolução liberal à Revolução democrática (1821-1974). Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006.

_____. Resenha *Varietades sobre objectos relativos às artes, comércio, e manufacturas consideradas segundus os princípios de economia política*. Por José Accúrsio das Neves. *In.: Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Paris: Tomo V, julho 1819. Extraído de: CARDOSO, José Luís. *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, p. 101- 105.

111

_____. Resenha *Vozes dos Leias Portugueses por António Dulac*. *In.: Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Paris: Tomo XIV, outubro 1821. Extraído de: CARDOSO, José Luís. *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, p. 204 -211.

_____. Resenha *Varietés Politique-Statiques sur la Monarchie portugaise, dédiés à M. Le Baron Alexandre de Humbold, etc, par Adrien Balbi*. *In.: Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Paris: Tomo XVII, abril 1822. Extraído de: CARDOSO, José Luís. *Francisco Solano Constâncio*. Leituras e ensaios de economia política (1808-1842). Banco de Portugal, Lisboa, 1995, p. 212 – 221.

NEVES, Accúrsio José das. *Memória Histórica sobre a Invasão dos Franceses em Portugal no ano de 1807*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.

Bibliografia

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In.: CARVALHO, J.M. & CAMPOS, A.P. *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p. 281- 303.

GUMBRECHT, Hans U. Uma rápida emergência do “clima de latência”. In.: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010a.

_____. *Produção de Presença*. O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: *Contraponto*, PUC-Rio, 2010b.

_____. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: *Contraponto*, PUC-Rio, 2006.

_____. *Historias de conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012

PARTRIDGE, Eric. *The French Romantics' Knowledge of English Literature. According to Contemporary French Memoirs, Letters and Periodicals (1820 - 1848)*. Vol.14, 1924.

PEGARARO, Olinto A. *Sentidos da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação de mestrado defendida pelo programa de Pós Graduação em História da UFOP, 2013.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. “Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos”. In _____. (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, pp. 23-45.